

## Baía de Todos os Santos: Uma Caracterização das Políticas Públicas no Distrito de Caboto na Bahia de Todos os Santos

TÂNIA MOURA BENEVIDES<sup>1</sup>

DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA<sup>2</sup>

EDUARDO ALMEIDA CUNHA<sup>3</sup>

Este artigo visa caracterizar a operacionalização de algumas políticas públicas no Distrito de Caboto, a partir da percepção dos seus moradores. Justifica-se pela relevância de se refletir sobre esta temática em relação a um dos territórios que se constituem em foco de atuação do governo da Bahia – a Baía de Todos os Santos – reconhecido como um espaço de grande abandono. Teoricamente o texto ancora-se nos conceitos de território e políticas públicas, explorando ainda aspectos da participação social. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, desenvolvendo-se a partir de análise bibliográfica e documental, utilizando como instrumento de coleta de dados, questionários aplicados junto a 73 habitantes de Caboto. Os dados foram tabulados com o Sphinx Plus 2, gerando-se gráficos que permitem a desejada caracterização. Conclui-se que, em linhas gerais, o Estado permanece ausente em muitas das políticas públicas sob sua responsabilidade, fato fortalecido pela pouca participação da sociedade civil local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território. Políticas Públicas. Participação Social.

This article seeks to characterize the operationalization of some public policies in the District of Caboto, from the perception of its residents. It's justified by the importance of reflecting on this theme in relation to one of the territories that constitute focus of the government of Bahia – All Saints' Bay – recognized as an area of great neglect. The text is theoretically anchored in the concepts of planning and public policy, exploring further aspects of social participation. The research is characterized as exploratory and it was developed from bibliographical and documental analysis, using as an instrument of data collection, questionnaires along with 73 residents of Cabot. Data were tabulated with the Sphinx Plus 2, generating graphs that allow the desired characterization. We conclude that, in general, the state remains absent in many of the public policies under its responsibility, strengthened by little participation of local civil society.

**KEYWORDS:** Territory. Public Policy. Social Participation.

---

### 1. INTRODUÇÃO

A valorização do passado é característica comum às sociedades na contemporaneidade, entretanto, para os denominados “países novos”, como o Brasil, essa é uma tendência inédita, refletindo mudanças significativas das atitudes sociais e valores previamente existentes. Contudo, começa a surgir a preocupação em se preservar o que restou de épocas passadas, buscando-se novos *links* entre passado e presente, cabendo assim uma leitura contextualizada do processo de “desenvolvimento” destas localidades (ABREU, 2012). Neste esforço de preservação/resgate, é fundamental o papel do

---

<sup>1</sup> Administradora, Doutora em Administração - UFBA e Professora da Escola de Administração da UNIME, UFBA e UNEB – taniabenevides@terra.com.br

<sup>2</sup> Economista, Doutora em Administração - UFBA e Professora da Escola de Administração da UFBA - deniserib@gmail.com

<sup>3</sup> Economista, Mestre em Ciências Econômicas – UFBA e Professor de Gestão Pública e Orçamento Público da UNIME e IAENE - cunhaea70@gmail.com

Estado em relação ao patrimônio imaterial e material de um dado território, sendo para tanto fundamental a operacionalização de diferentes políticas públicas com maior ou menor escuta à sociedade civil segundo o contexto.

Ao se avaliar a Baía de Todos os Santos, especificamente o Distrito de Caboto localizado no município de Candeias [Bahia], observa-se haver, apesar dos registros históricos encontrados, pouco reconhecimento e valorização da sua população e do poder público em relação à importância da preservação do seu patrimônio cultural, fortemente relacionado ao ainda forte processo de exclusão social de negros e índios vivenciado no Brasil até os dias de hoje.

Levando-se em consideração que a percepção dos moradores de Caboto é fundamental na análise sobre a operacionalização de políticas públicas voltadas a prestação de serviços básicos, é fundamental para a melhor compreensão deste território, tem-se como questão de partida: **Como se caracterizam as políticas públicas operacionalizadas no território de Caboto, na percepção de seus moradores?** Para responder a tal questionamento o estudo traz como objetivos específicos: caracterizar a população local em relação a dimensões sociodemográficas básicas; caracterizar a forma de atuação dos diferentes níveis do poder público em relação às políticas públicas sob sua responsabilidade; prover subsídios para trabalhos que aprofundem a discussão de outras dimensões relevantes à compreensão da forma como são implementadas políticas públicas neste território.

A partir de tais inquietações, entende-se que esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se explicitar a forma de operacionalização de políticas públicas em um território até pouco tempo caracterizado pelo vazio do poder público, e que recentemente passou a se constituir em um dos focos de atuação do governo do Estado da Bahia.

Na construção deste trabalho, além desta introdução, apresentam-se reflexões relativas aos conceitos-chave que ancoraram a pesquisa de campo - território e políticas públicas. A seção três apresenta o percurso metodológico trilhado, sendo sucedida pela análise dos resultados. Nas considerações finais, faz-se uma síntese dos principais resultados, assim como são apresentadas possíveis linhas de continuidade às discussões aqui travadas.

## 2. TERRITÓRIO E POLÍTICA PÚBLICA

O território, como destaca Haesbaert (2007), pode ser entendido por distintas concepções que se originam de olhares específicos de cada uma das áreas de estudo que se debruçam sobre a discussão deste importante tema na contemporaneidade. Como forma de se explicitar estas diferentes dimensões e seus respectivos focos, apresenta-se a seguir um quadro síntese.

Quadro 1: Síntese das dimensões e focos sobre o conceito de territórios

<b>Geografia:</b> ênfase na materialidade em diferentes dimensões, incluindo a relação sociedade-natureza.
<b>Ciência Política:</b> foco nas diferentes relações de poder, priorizando, na maior parte das vezes, a perspectiva da atuação do Estado.
<b>Economia:</b> um dos fatores locacionais ou uma das possíveis bases da produção => força produtiva.
Antropologia: destaque para as variáveis que compõem a dimensão simbólica nas sociedades tradicionais e no neotribalismo contemporâneo.
<b>Sociologia:</b> foco na relação cruzada de influência entre território e diferentes relações sociais de uma dada sociedade em um sentido amplo.
<b>Psicologia:</b> local de construção da subjetividade ou da identidade, em diferentes escalas=> de grupos a indivíduos.

Fonte: Almeida, 2012, a partir de Haesbaert, 2007, p.37-38.

Ainda segundo este autor, a dimensão política destaca o território como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um poder, que na maioria das vezes, relaciona-se ao poder político do Estado. Ou seja, a dimensão política é vista como um elemento que favorece a apropriação e ordenação territorial como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, em prol da defesa de interesses hegemônicos.

Esta concepção de relação território-poder é explorada em Santos (2000), com base na equiparação entre os conceitos de espaço e território usado, onde o “uso”, notadamente aquele de natureza econômica, é quem definirá as relações de poder em um dado território. Esta concepção pode ser mais bem compreendida a partir da citação a seguir apresentada.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2000, p.104-105)

A partir daí, surgem para este autor duas categorias de atores sociais que compartilham o território usado com estruturas de poder diversas e concorrentes: os hegemônicos, para quem o território usado é um recurso capaz de garantir a concretização e manutenção da garantia de concretização dos seus objetivos específicos; e os hegemonzados, para quem o território usado é um abrigo, apenas lhes permitindo sobreviver através da sua adaptação ao contexto dominante, no lugar em que se encontram.

De alguma forma, esta corrente utilizada na análise territorial alinha-se à abordagem multicêntrica/policêntrica adotada nos estudos de políticas públicas, exatamente por reconhecer a importância de atores que não o próprio Estado – sociedade civil, organizações sociais e privadas, organismos multilaterais etc – no protagonismo dos processos de concepção e operacionalização de diferentes políticas públicas.

Pontua-se que, para estes teóricos, o conceito de política pública não guarda relação direta ou indireta com o ator dominante no processo – o ator hegemônico de Santos (2000) – mas sim com a tipologia do problema a ser enfrentado por ela; em outras palavras, a natureza do problema deve ser pública (coletivamente relevante), não havendo qualquer perspectiva privada na sua formulação. Esta corrente contrapõe-se frontalmente àquela ainda hegemônica nos estudos sobre o tema – estadista ou estadocêntrica – que concebe o Estado como ator hegemônico nos processos de formulação, operacionalização e controle de políticas públicas de diferentes naturezas (SECCHI, 2011, p.2-3).

Apesar de este trabalho alinhar-se à corrente multicêntrica, não se pode perder de vista a presença hegemônica do Estado em relação aos outros atores, no tocante à proposição de políticas públicas voltadas a setores diversos, ou seja, considera-se que este ator continua atuando como hegemônico na definição e operacionalização de tais políticas.

Pontua-se ainda, que este cenário, ao fortalecer esta forma de atuação de diferentes Estados ao redor do mundo, favorece a imposição por este ator social dos seus interesses sobre as demandas dos demais atores envolvidos neste processo, questão para a qual em muito contribui o alto nível de concentração de recursos nos Estados modernos que lhes permite atuar enquanto o grande “financiador” das diversas políticas públicas. Considera-se aqui, que esta caracterização pode ser vista como marca do Estado brasileiro do período pós-República, aos dias de hoje.

Ainda sobre as políticas públicas, destaca-se que os autores deste artigo contrapõem-se a autores que estudam esta temática sob o viés do Direito, a exemplo de Comparato (1997) e Massa-Arzabe (2006), os quais defendem a concepção de que somente podem ser consideradas como políticas públicas as macrodiretrizes estratégicas que se operacionalizam por meio de diversos conjuntos de programas. Defende-se aqui, em consonância com Secchi (2011), que estas contemplam de forma complementar as dimensões estratégica, tática e operacional, em outras palavras, cada um de seus níveis é dotado de recorte específico de atuação, de problemas a serem solucionados, de forças políticas e atores envolvidos, enfim, cada um deles possui uma institucionalidade própria. Merece destaque ainda, o caráter abstrato do conceito de políticas públicas, já que na prática sua materialização ocorre com a operacionalização de um leque diversificado de instrumentos que diretamente relacionados ao problema em tela, podendo se conformar como programas públicos, arcabouço legal, atuação em rede envolvendo diferentes atores (*policy networks*) etc.

Sob tal contexto, onde ganha importância através da representação de diferentes atores, a maior participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas aderentes aos seus anseios, a gestão participativa assume relevância. A respeito desta questão, Carvalho (2003) afirma que a

descentralização administrativa favorece a maior democratização, defendendo a estreita relação entre descentralização e participação, considerando a descentralização pré-condição para as práticas participativas e dependendo dela como estratégia de efetivação. Contrapondo-se a tal concepção, Arretche (1996) sinaliza que descentralizar nem sempre significa democratizar, uma vez que o primeiro processo pode não garantir a desejada participação e envolvimento da sociedade civil na defesa de seus interesses, constituindo-se apenas em um processo de administrativo de desconcentração.

Tomando-se por base esta última concepção, defende-se aqui que a redistribuição de competências na operacionalização de políticas públicas específicas no Brasil - transporte público, saúde básica, educação fundamental etc - nem sempre traz em seu bojo a eficiência administrativa originalmente buscada.

Sob tal perspectiva, considera-se que na maior parte dos casos ocorre o que Abrúcio e Couto (1996) definem como a “municipalização dos problemas”, situação que normalmente contribui para o aumento da desigualdade social existente, em vez de criar mecanismos para solucioná-la. Com isso, apesar de se ter maior aproximação entre o formulador de políticas públicas e a sociedade civil, a capacidade de interagir com o conjunto de atores hegemônicos e hegemonzados da ação pública não é satisfatória, faltando mecanismos e, por vezes, a vontade de abrir espaços e oportunidades à adoção de um modelo de gestão mais democrático. Concordando com tal concepção, Santos Junior (1995, p.130) afirma que “o ideal de cidadania é ainda uma meta distante”, já que os setores populares e trabalhadores enquanto atores hegemonzados ainda permanecem à margem da formulação de políticas públicas que visam racionalizar os recursos de seu próprio território.

Portanto, percebe-se que quanto mais amplo e transparente for o embate entre atores com nível de poder distinto na formulação de políticas públicas, mais fácil serão a equidade social e o desenvolvimento territorial. Entretanto, considerando-se que as camadas populares não exercem plenamente a cidadania, consolida-se, principalmente nas pequenas localidades, como é o caso do objeto de estudo deste artigo, um modelo no qual fracassa a gestão democrática pela pouca força política da sociedade civil local em se contrapor ao clientelismo e patrimonialismo que, historicamente, encontram nestes territórios, ambiente favorável à sua reprodução.

### **3. METODOLOGIA**

Em relação aos aspectos metodológicos, o estudo parte de levantamento bibliográfico com consulta a publicações diversas sobre a Baía de Todos os Santos, região onde se encontra a Baía de Aratu, que abriga o Distrito de Caboto. Para o levantamento de dados secundários empreendeu-se pesquisa documental nos registros do IBGE, cedidos pela Supervisão de Disseminação de Informações – Unidade Estadual do IBGE na Bahia em março de 2013. A partir destas informações verificou-se que Caboto possui 1.844 habitantes, sendo 821 considerados como população urbana, tendo, em média, 3,22 habitantes por residência, com rendimento médio do responsável de R\$ 654,75.

A pesquisa é de natureza exploratória, resultando este artigo de trabalho prático realizado em disciplina do Curso Tecnológico de Gestão Pública e Gestão Social, da Escola de Administração da UFBA, contando com a participação dos alunos matriculados na mesma. Ressalta-se que a temática território-política pública foi escolhida por sua relevância na formação dos discentes envolvidos, assim como, pela importância de se fazerem reflexões práticas sobre possíveis links existentes em diferentes realidades territoriais, de viés local.

Com base nos dados levantados elaborou-se como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado pelos alunos matriculados e professores da disciplina, no dia 16 de março de 2003. O número de respondentes [73 respondentes] foi definido utilizando-se o critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após a exposição dos objetivos da mesma. Thiollent (1982, p.34) afirma que não há impedimento quanto à seleção dos entrevistados por acessibilidade, já que não é necessária a obediência a regras mecânicas defendidas pela perspectiva positivista e de natureza mais quantitativa. Assim, “a seleção supõe a disponibilidade do entrevistado, a qual não é previsível antes de um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas.” Ou seja, participe da comunidade.

Os resultados de campo, obtidos através da aplicação dos questionários, foram tabulados no software *Sphinx Plus 2* e analisados.

#### 4. A DIMENSÃO POLÍTICA EM CABOTO: UMA CARACTERIZAÇÃO INICIAL

Esta seção se subdivide em duas subseções, a primeira apresenta um panorama sobre características gerais da população do distrito de Caboto, na sequência trazem-se informações e análises relativas à atuação do Estado no tocante a alguns aspectos relativos às políticas públicas em geral.

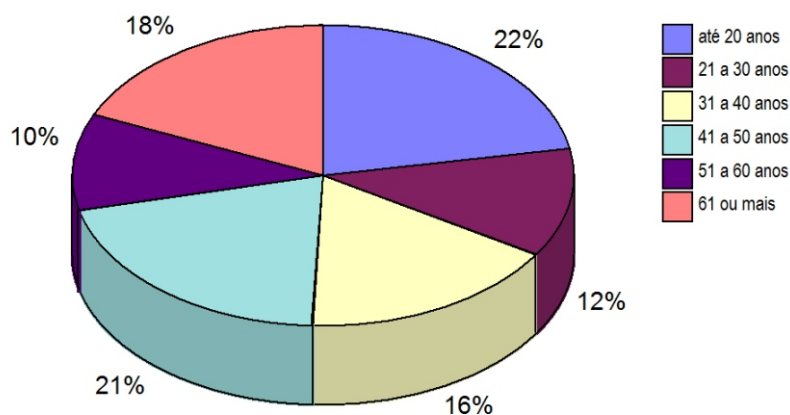
##### 4.1 CABOTO: DADOS GERAIS

Considera-se importante esta subseção, por se pressupor que a apresentação de dados gerais que caracterizam a amostra estudada, auxiliam a contextualização do território pesquisado em relação a dimensões de natureza sociodemográfica, permitindo a melhor compreensão das análises trazidas na subseção seguinte.

Quando da aplicação dos questionários foram consultados setenta e três moradores do Distrito de Caboto, sendo a maioria [58%] constituída por mulheres. Os respondentes possuem baixa escolaridade: 43% cursaram o ensino fundamental, 45% o ensino médio e apenas 6% ensino superior completo ou incompleto. Ainda sobre esta dimensão, destaca-se que apenas 3% dos entrevistados declararam-se como analfabetos, sendo este índice sensivelmente menor do que o encontrado para a região nordeste no ano de 2011 [16,9%], segundo IBGE (2013). Este achado, provavelmente reflete o desconforto de determinados indivíduos em verbalizarem esta situação pessoal.

A distribuição por faixa etária é equilibrada, dividindo-se entre valores na ordem de 10% a 22%, com maior concentração nas faixas de até 20 anos, e de 41 a 50 anos, conforme gráfico apresentado em sequência.

Gráfico 1 – Faixa Etária

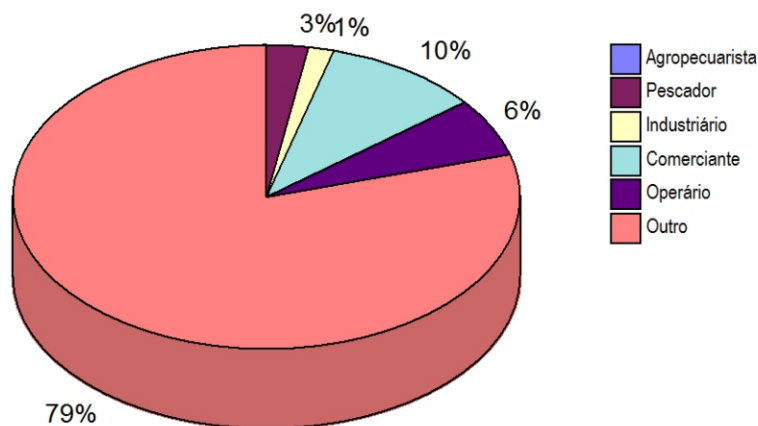


Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Os respondentes, conforme gráfico a seguir, desenvolvem diversas atividades, todas de baixa complexidade – pescadores, industriários, comerciantes e operários. Na categoria 'outros' foram registradas atividades tais como: doméstica, estudante, segurança, auxiliar de laboratório, cambista, motorista, aposentados, operador de máquinas, torneiro, pedreiro, recepcionista, vigilante, guarda, mecânico, operador de produção, manicure, professor, funcionário público, atendente, educador, cozinheira, camareira, eletricitista, autônomo, policial militar e administrador. Houve ainda uma

menção a “de tudo um pouco”. Tal composição profissional caracteriza um quadro de população economicamente ativa atuante em atividades com baixo nível de geração de renda.

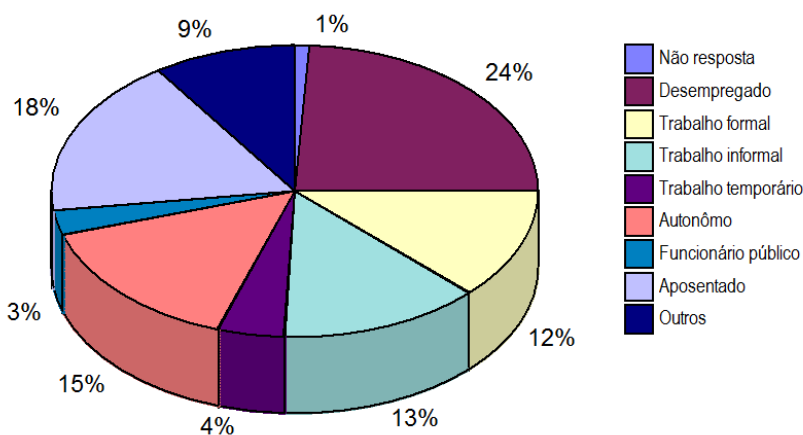
Gráfico 2 – Profissão



Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Ao serem questionados sobre seu status como trabalhador os respondentes se posicionaram como espelhado a seguir, destacando-se a resposta outro, cuja discriminação incluiu apenas doméstica e estudante. Ressalta-se que o expressivo percentual representado por desempregados [24%] e trabalhadores informais [13%] delimita um panorama de falta de relações formais de trabalho no território.

Gráfico 3 – Status como Trabalhador



Fonte: Elaboração Própria, 2013.

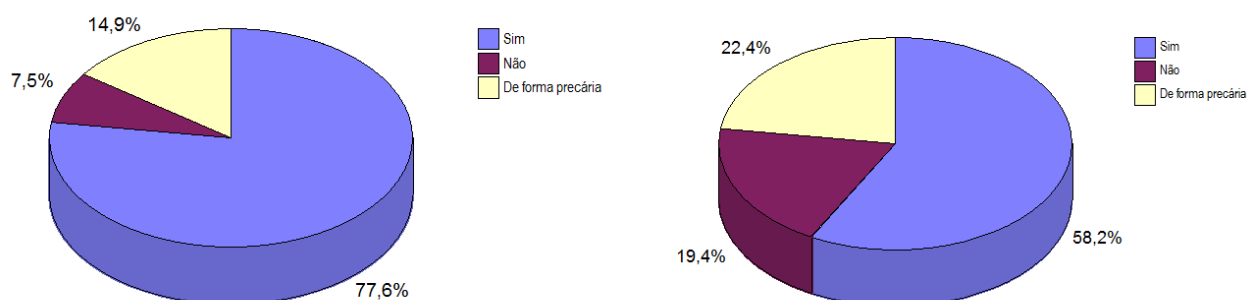
Em relação à residência, 79% afirmaram possuir casa própria. Na maior parte das residências [51%] o número de residentes está entre 3 e 4 pessoas, seguido de 1 a 2 residentes [18%]. Os demais números de residentes somam 31% em conjunto.

#### 4.2 CABOTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Quanto à Iluminação Pública, a maioria [77,6%] dos respondentes concorda que é boa e reconhecem a

existência na rua em que residem. Ao serem questionados sobre a iluminação nas proximidades 58,2% reconheceram a existência de tal iluminação.

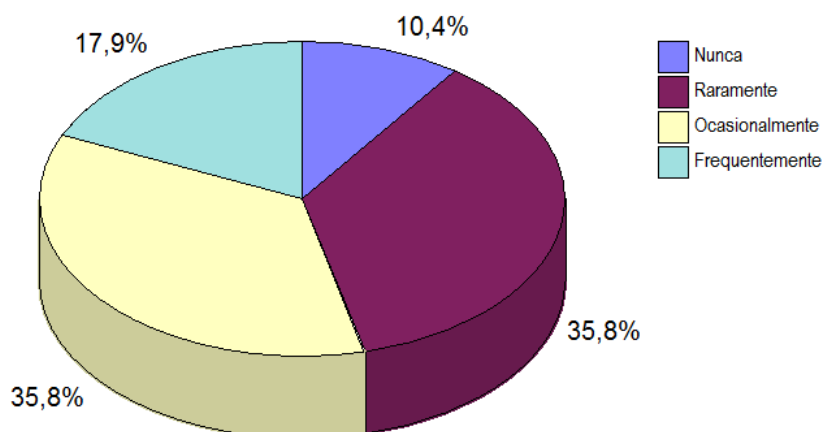
Gráfico 4 – Iluminação Pública – Rua e Proximidade



Fonte: Elaboração própria, 2013.

No gráfico seguinte, percebe-se a presença de um conflito das informações, pois exatamente 35,8% concordam que as interrupções dos serviços de energia ocorrem de maneira ocasional e permanente, podendo estabelecer que o entendimento para os moradores é de que existe de fato uma irregularidade neste fornecimento, de forma rara e ocasional.

Gráfico 5 – Iluminação pública - Interrupções

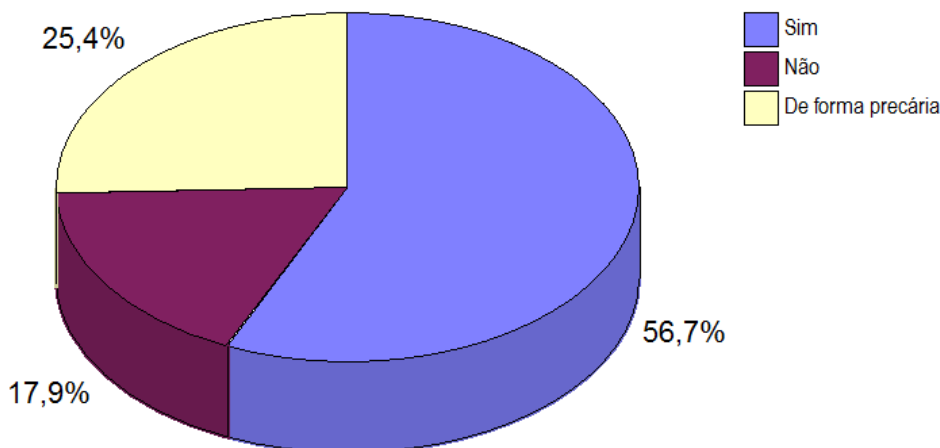


Fonte : elaboração própria, 2013.

Quanto ao calçamento, Caboto é bem servido de calçadas na percepção dos respondentes, pois 65,7% dos entrevistados dizem existir de fato o calçamento, sendo que 20% vê este calçamento de forma precária. Segundo o Jornal da Midia (2006), houve um projeto de urbanização que melhorou a qualidade destes equipamentos. Na operacionalização deste projeto, realizaram-se obras de pavimentação em mais de 1,3 mil metros de ruas, além de serviços de drenagem, construção de passeios e jardins, e da recuperação da quadra de esportes e do cemitério local. "Este é um antigo anseio da população local. Nossa proposta é fazer com que os moradores do distrito de Caboto tenham, com esta obra, uma melhoria significativa na sua qualidade de vida", disse a prefeita de Candeias, Maria Célia de Jesus Magalhães Ramos. Desta afirmação depreende-se a preocupação do poder público em atender às demandas sociais do território, no que se refere à operacionalização de uma determinada tipologia de política pública, caracterizando-se a presença do Estado, enquanto ator hegemônico deste processo.

O gráfico seguinte confirma a informação anterior de que existe calçamento para pedestres (passeios) e vias de acesso ao município asfaltadas, já que 56,7% dos respondentes reconhecem a presença destes equipamentos.

Gráfico 6 – Calçadas para pedestres

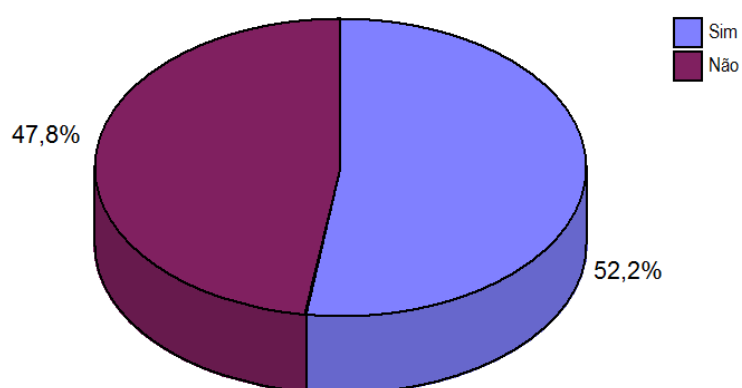


Fonte : elaboração própria, 2013.

Já em relação as vias de acesso a Caboto, 56,7 % afirmam que há vias de acesso asfaltadas, apesar de 29,9% afirmarem que estas são precárias.

Há discordância na avaliação do espaço público representado pelas praças e locais de lazer, conforme gráfico a seguir. Por quatro pontos percentuais, os moradores divergem da existência de praças e locais de lazer, sendo a leitura dificultada.

Gráfico 7 – Praças e locais de lazer



Fonte : elaboração própria, 2013.

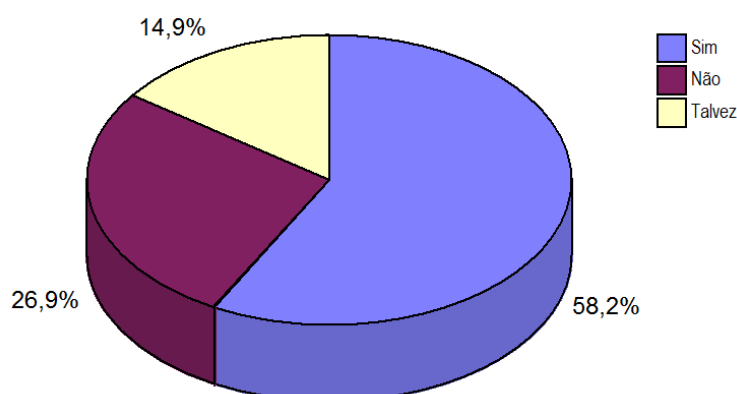
A população entrevistada considera, porém que existe cuidado com praças e ruas, que são classificadas como arborizadas por 58,2% dos entrevistados e como dotadas de arborização precária por 17,9%.

Quando questionados sobre a possibilidade de participar de ações voltadas à preservação e arborização do município, adotando uma postura que reflita a tendência atual de se buscar a maior preservação das condições do meio ambiente, 58,2% dos entrevistados afirmou ter esta demanda e



14,9% afirmou que talvez pudessem participar de tais ações. Destaca-se aqui, o percentual elevado de entrevistados [26,9] que informa que não participaria de ações desta natureza, talvez refletindo a falta de programas públicos de conscientização em relação a tal questão.

Gráfico 8 – Demanda para participar de ação voltada para arborização do distrito

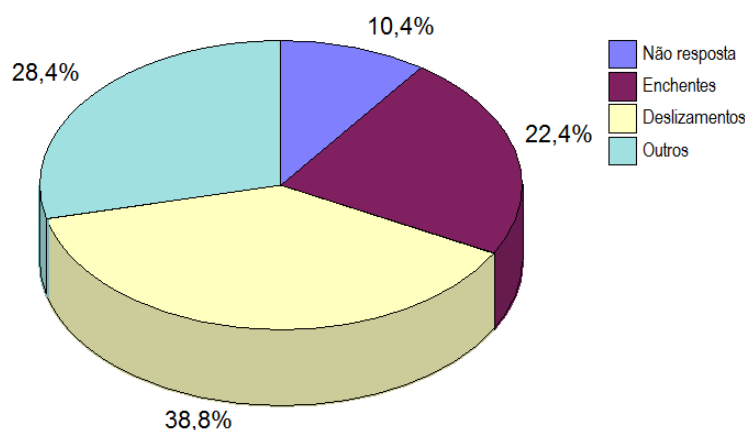


Fonte : elaboração própria, 2013.

Nas questões sanitárias e de esgotamento pluvial, está presente o conflito de posições entre os entrevistados, uma vez que 35,8% deles nega a presença de bueiros para esgotamento de águas, e igual percentual reconhece a existência deste equipamento público, destacando-se ainda que 28,4% dos respondentes reconhecem a presença do equipamento, mas ressaltam sua precariedade. Esta divisão de opiniões também está presente na análise dos problemas decorrentes das chuvas, com 58,2% afirmando que estas acarretam em problemas para o distrito, e o restante negando a presença destes efeitos.

Daqueles que sinalizam para a presença de problemas provenientes das chuvas, como demonstrado no gráfico seguinte, 38,8% apontam como efeito a possibilidade de deslizamentos de terra, provavelmente pela localização e constituição geográfica do distrito e 22,4% destacam a possibilidades de enchentes. Em relação ao item outros [28,4%] os respondentes destacaram : lama, ventania, alagamentos, invasão da água, entupimento dos bueiros com alagamento da via central e não informado.

Gráfico 9 – Problemas ocasionados pelas chuvas

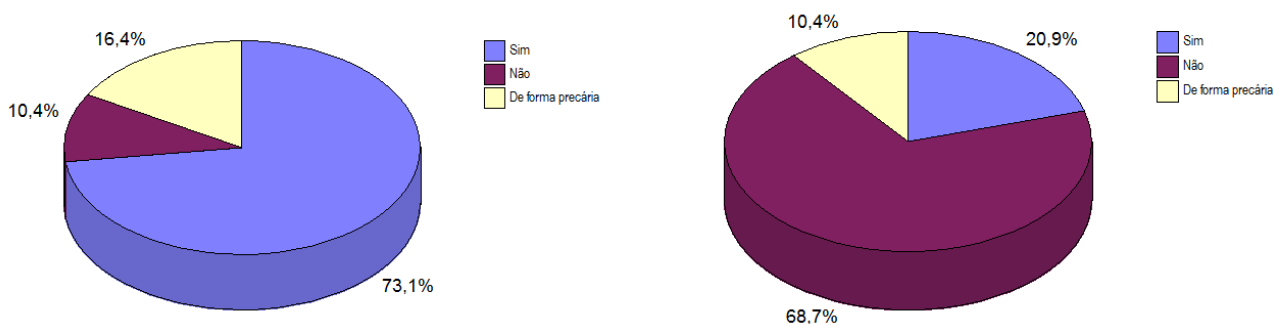


Fonte : elaboração própria, 2013.

No que diz respeito à coleta de lixo, 73% dos respondentes reconhecem que este serviço público é prestado de forma regular na sua rua, mas a mesma pergunta quando direcionada ao distrito como um

todo apresenta resultados que apontam para uma posição contrária. Tal situação é explicitada nos gráficos a seguir apresentados.

Gráfico 10 – Coleta de lixo regular – rua e distrito

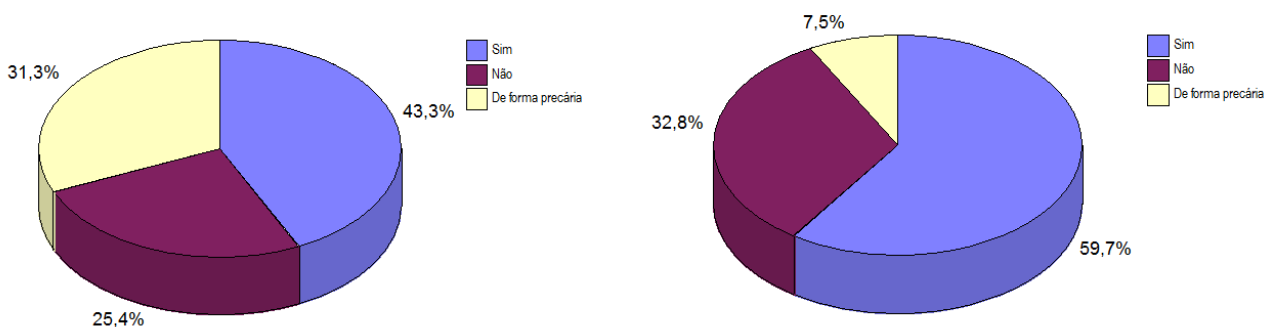


Fonte : elaboração própria, 2013.

Em relação à coleta seletiva, a população afirma não participar de atividades de orientação de coletas seletivas, mas 71,6% afirmaram ter interesse em participar. A falta de conscientização, provavelmente pela inexistência de esforços públicos no sentido de favorecer a maior conscientização em relação ao meio ambiente, através de programas de educação ambiental, faz com que a população não faça coleta seletiva. Repetindo a situação encontrada quando da análise dos aspectos relativos à arborização dos espaços públicos.

Em relação à presença de rede de esgoto, 43,3% dos respondentes afirmaram a presença deste equipamento no distrito, ao passo que 25,4% responderam que não existe e 31,3% reconhecem a presença de forma precária. Perguntado se a rede de esgoto é integrada a alguma rede de tratamento, 59,7% dos respondentes disseram que sim, 32,8% disseram que não e 7,5% reconheceram como precária. Estas informações podem ser mais bem visualizadas nos gráficos apresentados em sequência.

Gráfico 11 – Rede de esgoto



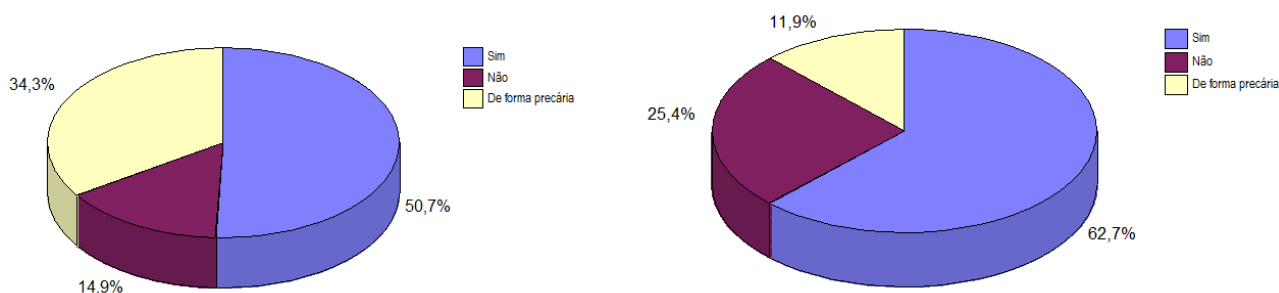
Fonte : elaboração própria, 2013.

É interessante notar o desconhecimento da população em relação ao que seja efetivamente interligação do esgotamento sanitário, pois mesmo afirmando [43,3% e 59,7%] que há esgotamento interligado, 61,2% responderam que sabiam o destino do esgoto: maré, praia e fossa, o que demonstra que não há efetiva rede de esgotamento sanitário. Ressalta-se que quando da aplicação dos questionários, verificou-se *in loco* a presença em Caboto de inúmeras saídas de esgotamento doméstico jogando diretamente os dejetos na praia.

Perguntado pela presença de meio fio, 59,7% dos entrevistados responderam que sim, 25,4% responderam que é precário, 13,4% responderam que não existe e 1,5% não respondeu.

Quanto ao calçamento das ruas do distrito, 50,7% dos respondentes afirmaram que é bom, 34,3% que é precário e 14,9% que é ruim. Em relação ao calçamento das ruas próximo a sua residência, 62,7% dos respondentes afirmaram que existe, 11,9% que é precário e 25,4% que não existe, como demonstrado nos gráficos seguintes.

Gráfico 12 – Ruas calçadas [distrito e proximidade - rua]



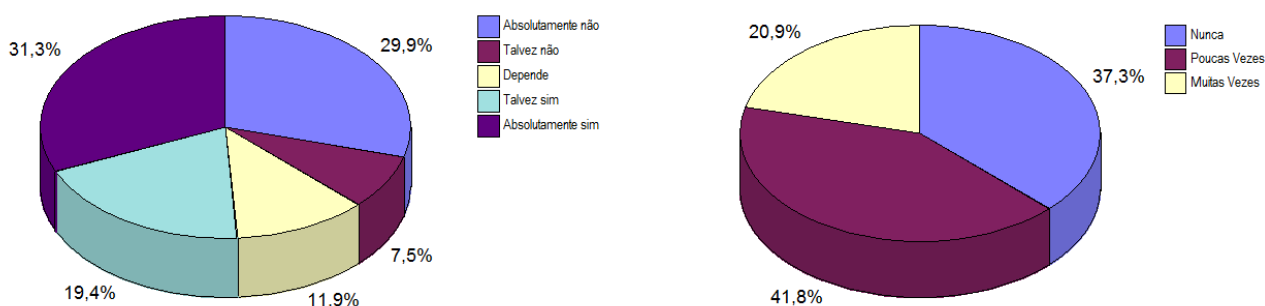
Fonte : elaboração própria, 2013.

Ao se questionar sobre a presença de rampas de acesso nas ruas, 6,0% dos entrevistados responderam que sim, 7,5% responderam que existe de forma precária e a maioria [86,6%] respondeu que não existe, caracterizando-se assim um contexto em que se verifica a falta de um importante equipamento público que viabilize melhores condições de acesso a portadores de necessidades especiais.

Em relação à segurança pública, quando questionados sobre a atuação e presença da polícia militar no distrito, 97% dos entrevistados responderam que inexistente de forma sistemática este serviço público em Caboto, identificando-se ainda a ausência de delegacia local.

Apesar da ausência do Estado em relação ao aparato policial, 31,3% dos entrevistados, classificam a localidade como absolutamente segura, ou seja, pontuaram a tranquilidade e ausência de atos ilícitos no distrito. Em contrapartida 29,9% não se sentem seguros residindo naquele distrito. Os demais números somam 38,8% entre talvez ou dependendo da situação. Quanto as situações de insegurança, 41,8% dos consultados, poucas vezes já viveciaram ou presenciaram cenas desabonadoras no distrito. Contudo 37,3% nunca participaram ou visualizaram, tão pouco tomaram conhecimento de ocorrências ilegais. Nos demais, 20,9% muitas vezes observaram acontecimentos de instabilidade.

Gráfico 13 – Segurança e Insegurança

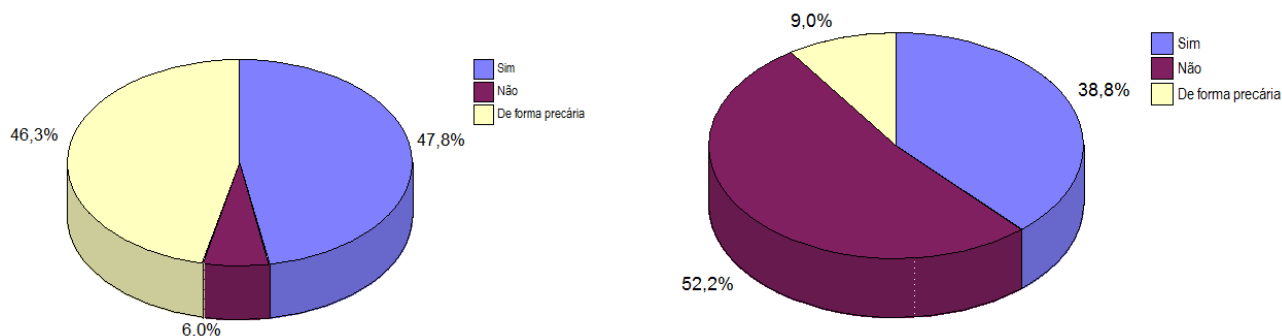


Fonte : elaboração própria, 2013.

Em relação aos postos de saúde, 47,8% dos respondentes, tem conhecimento da existência da instituição no distrito. Somente 6,0%, reclamam a falta da unidade de atendimento. Todavia 46,3% se queixam da precariedade do centro médico atual. Considerando os programas de saúde da família, a maioria dos entrevistados, cerca de 52,2% informam não haver tal estratégia proposta pelo governo

federal no distrito. Já 38,8% identificam tal planejamento. E apenas 9,0% reclamam da precariedade do projeto real. Estas informações são a seguir consolidadas graficamente.

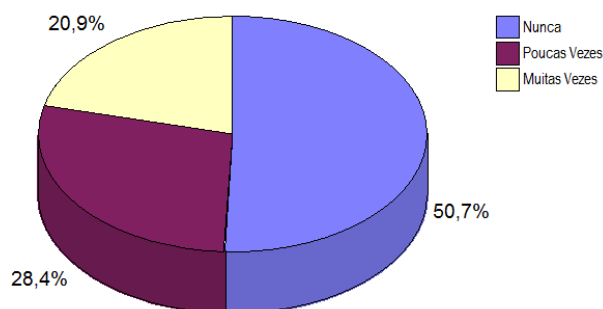
Gráfico 14 – Posto de saúde e Programas de saúde da família



Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Ao serem questionados sobre o acesso fácil a atendimento médico, 53,7% dos cidadãos relatam que este acesso poucas vezes é simples, ao passo que 25,4% responderam que nunca é simples, e apenas 20,9% afirmam ser fácil a busca por este importante serviço público. Já em relação à participação em programas de saúde as posições dos entrevistados são graficamente apresentadas a seguir.

Gráfico 15 – Participação em programas de cuidado com a saúde

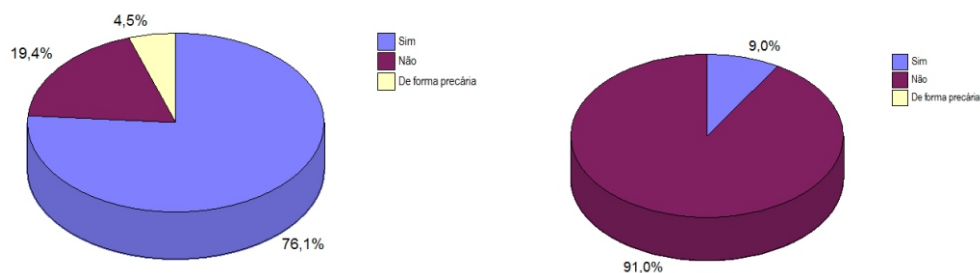


Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Acerca da educação, destaca-se como ponto negativo a inexistência de creches no distrito. O resultado demonstra que não há espaço disponibilizado para abrigar as crianças em idade de frequentar creches, incentivando-se com isso os pais ou responsáveis a deixarem seu trabalho ou terem dificuldades em se colocar no mercado de trabalho, em função da necessidade de cuidar dos menores sob sua responsabilidade. As opiniões de que estes equipamentos existem e de que funcionam de forma precária somam 14,9%, sendo que a primeira categoria de resposta considera a presença de creches ou cuidadores privados, já que não há presença de creches públicas em Caboto.

Ainda sobre a educação, os gráficos seguintes apresentam que 76,1% dos questionados sabem da existência de instituições com disponibilidade de ensino fundamental, 19,4% não reconhecem tal medida, e apenas 4,5% conhecem a acessibilidade, mas a consideram deficiente. Tem-se ainda a informação de que 91% dos respondentes sabem da existência de instituições que ofertam ensino médio na sede de Candeias, e apenas 9,0% não reconhecem sua presença.

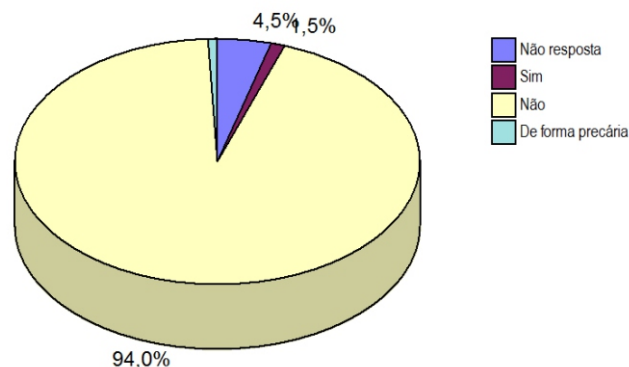
Gráfico 16 – Educação – Ensino Fundamental e Ensino Médio



Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Analisando o último gráfico sobre educação, é notória a falta de conhecimento dos entrevistados do que vem a ser instituições de ensino superior. A maioria (94%) relatam não haver determinada disponibilidade. Outros 6,0% somados, não sabem, sabem e/ou sabem de forma precária, ter um espaço com esse objetivo. Assim verifica-se a contrariedade na pesquisa.

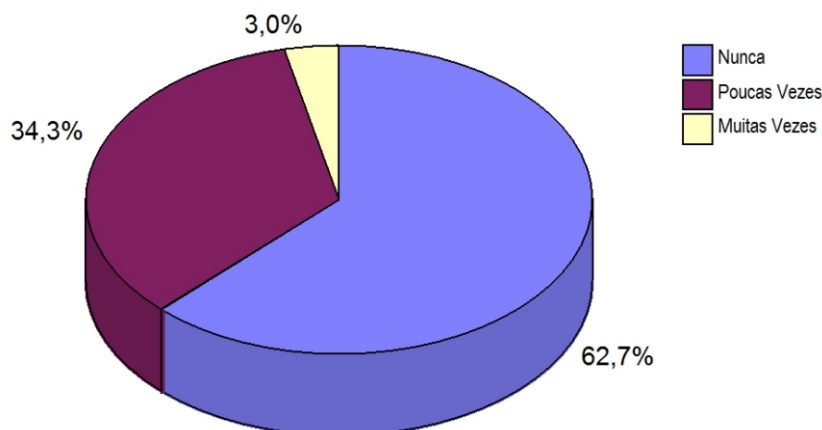
Gráfico 17 – Educação – Instituições de Ensino Superior



Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Finalizando a avaliação, 62,7% dos consultados não se sentem amparados pelo Estado, 34,3% consideram-se fracamente atendidos pelo poder público, e, apenas, 3,0% avaliam o amparo do poder público como presente em seu cotidiano, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 18 – Amparo do Estado



Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Os dados apresentados demonstram que a presença do Estado e a maior participação da sociedade civil na operacionalização de políticas públicas no território de Caboto carecem de uma atuação mais efetiva e presente. Apesar de se reconhecerem alguns avanços, há ainda muito por ser feito para que a população local disponha de infraestrutura básica que garanta a sua autonomia, educação e saúde, destacando-se o descaso do Estado em relação ao esgotamento sanitário que compromete a saúde da população e o potencial turístico local.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas buscaram identificar o posicionamento do Estado, nas diferentes políticas públicas sob sua responsabilidade, caracterizando-se sua atuação no território estudado a partir de indicadores mais voltados à análise da dimensão econômica do território, como definido por Haesbaert (2007), sempre buscando-se a percepção individual dos seus habitantes.

Em geral, verificou-se que a forma de operacionalização de políticas públicas básicas em Caboto não é

muito diferente do que se encontra na maior parte dos centros urbanos brasileiro. Ou seja, a precariedade em relação a elementos básicos de conforto para qualquer comunidade é característica deste território, apesar de poder se destacar enquanto aspecto positivo que veio a atender um dos anseios da população local, a pavimentação feita recentemente pela administração municipal anterior em alguns locais do distrito.

Contudo, os entrevistados apontam que a iluminação pública é precária, já que mesmo existindo, não funciona dentro do que seria o ideal favorecendo à insegurança da comunidade que tem como grande demanda a presença preventiva da força policial.

Outra questão apontada, fruto de aspectos contemplados na dimensão geográfica como definida por Haesbaert (2007), consiste no fato de o território físico vir, no decorrer do tempo, perdendo muitas de suas características originais de ilha ou fazenda já que suas ruas naturalmente arborizadas, em decorrência do crescimento populacional e do aumento de construções vêm reduzindo gradativamente a quantidade de árvores, apesar de os moradores por reconhecerem a importância deste aspecto para seu bem estar, estarem dispostos a participar de ações voltadas à manutenção ou recuperação destes elementos.

A pouca participação/conscientização da sociedade civil na definição de políticas públicas de seu interesse é verificada sob diferentes aspectos que permitiram a caracterização deste território a partir da pesquisa de campo. Como exemplo desta situação, inicialmente pode citar-se a falta de uma rede de tratamento de dejetos, já que o sistema existente nada mais é do que um canal de encaminhamento direto destes para o mar, questão esta que vem acompanhada da ausência de qualquer esforço que vise reverter esta situação a partir do maior envolvimento da comunidade.

Outro importante aspecto relativo ao nível de comprometimento da sociedade civil consiste na ausência de qualquer esforço, em que pese o interesse da população, no sentido de viabilizar um processo de coleta seletiva de lixo; a não operacionalização de nenhum esforço de coleta seletiva de lixo, demanda importante para a população.

Nesta mesma linha, tem-se um precário atendimento de saúde com uma rotina de atendimento por especialidades, na qual cada especialidade médica tem dia e hora certas para ocorrer. Quando questionados, os moradores afirmam que esta sistemática atende demandas básicas, porém gostariam de ter um posto permanente, a exemplo das Unidades de Pronto Atendimento para a prestação de primeiros socorros, evitando-se com isso o deslocamento da população que necessita de atendimento de baixa complexidade, para a sede do município de Candeias, ou até mesmo para Salvador.

Esta situação replica-se em relação à Educação, quando os moradores sinalizam a existência de apenas 2 núcleos escolares de ensino fundamental, destacando ainda a ausência de oferta de ensino médio e superior, fato que leva parte da população jovem ao êxodo, contribuindo para que o distrito se caracterize como uma “cidade de aluguel”, para onde as pessoas vão apenas nos fins de semana ou férias. Esta característica também se reforça pelo modelo de oferta de trabalho local, no qual a maior parte da população trabalha fora do território pela ausência de postos de trabalho formais, exceto pela presença de um comércio local de pequeno porte e deficitário composto por muitos bares, com a visível falta de outros pontos comerciais básicos, tais como farmácia, bancos, supermercados etc.

Pontua-se ainda que o trabalho informal da pesca artesanal de subsistência representa a principal fonte de renda da maioria da população, sendo o produto desta atividade comercializado no próprio distrito, junto aos poucos restaurantes ali existentes, servindo também para consumo doméstico, sendo apenas pequena parte comercializada em Candeias, fazendo com que o nível de geração de renda proveniente desta atividade seja muito pequeno.

De maneira geral, percebeu-se que há intensa apatia da comunidade em relação ao desenvolvimento das potencialidades de seu território, das práticas e fazeres locais, bem como, a quase completa ausência do Estado no que diz respeito à implementação de políticas públicas focadas à valorização cultural e resgate da memória social, tão rica e complexa que este território guarda, ou seja, confirme-se, conforme Secchi (2011) e Abrúcio e Couto (1996) com a presença de um inoperante modelo estadocêntrico demarcado pela “municipalização dos problemas”.

Tendo em vista o caráter experimental e exploratório da pesquisa realizada em Caboto, assume-se que

as análises propostas dizem respeito a um pequeno recorte dentro da complexidade apresentada pelo território. Como se pretende aprofundar questões e análises desse território, com vistas a buscar parcerias e/ou estimular a mobilização em torno do atendimento às demandas da população local, o esforço inicial desta etapa centrou-se na caracterização do mesmo em relação a políticas públicas básicas, cabendo estender esta análise às demais dimensões apresentadas por Haesbert (2007), prioritariamente com vistas a atender às demandas dos atores hegemônicos, conforme em Santos (2000).

Finaliza-se, afirmando que este estudo pode servir de base para maior aprofundamento de discussões sobre a temática da operacionalização de políticas públicas em um dado território, bem como para gerar produtos outros que contribuam para que a comunidade local se aproprie de forma concreta dos seus limites e possibilidades, ao tempo em que se apropria de uma visão mais ampla do seu território de modo a desenvolvê-lo consciente e sustentavelmente a partir da sua participação efetiva na concepção e implementação de políticas públicas aderentes às suas demandas reais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ABRÚCIO, Fernando Luiz e COUTO, Cláudio Gonçalves. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. São Paulo: **São Paulo em perspectiva**, n.10, v.3, 1996. p.40-47.
- ALMEIDA, Denise Ribeiro. **Notas de aula da disciplina Estratégia de Desenvolvimento Socioterritorial, ministrada no Mestrado Interdisciplinar do CIAGS**. Salvador, setembro de 2012.
- ANDRADE, Jailson Bittencourt de et al. Contaminação Química. In: ANDRADE, Jailson B. de e HATJE, Vanessa (Org.) **Baía de Todos os Santos: Aspectos Oceanográficos**. EDUFBA, Salvador - BA, 2009.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. **Baía de Todos os Santos: Aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BECKER, Bertha K e EGLER, Cláudio A.G. Brasil: **Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- CAROSO et., al. Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. In: A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. **Baía de Todos os Santos: Aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- CANDEIAS. Disponível em: <http://candeiascidadedasluzes.blogspot.com.br/2009/10/distrito-de-caboto.html>. Acesso em: 20 Mar 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 16. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CIRANO, Moura, et al- Oceanografia Física. In: ANDRADE, Jailson B. de e HATJE, Vanessa (Org.) Baía de Todos os Santos: **Aspectos Oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista dos Tribunais**, ano 86, n. 737, março, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/364>. Acesso em 20 Mar 2013.
- IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/candeias.pdf>. Acesso em: 20 Mar 2013.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2012. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/pdf/educacao\\_pdf.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/pdf/educacao_pdf.pdf). Acesso em: 28 Mar 2013.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: 6ª ed. Revista, 2007, 395p.

JORNAL DA MÍDIA. Disponível

em:[http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/11/Bahia/Prefeitura\\_de\\_Candeias\\_inaugura\\_o.shtml](http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/11/Bahia/Prefeitura_de_Candeias_inaugura_o.shtml). Acesso em: 20 Mar 2013.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MASSA-ARZABE, P. H. Dimensão jurídica das políticas públicas. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva; 2006. p. 51-74.

MOURÃO, L. (2005). **Pertencimento**. Artigo apresentado no II Congresso Internacional da Transdisciplinaridade – Vitória – ES, Julho, 2005. Disponível em: [http://cetrans.com.br/artigos/Lais\\_Mourao.pdf](http://cetrans.com.br/artigos/Lais_Mourao.pdf). Acesso em: 2 Abr 2013.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n.9, pp. 103-109, jul./dez 2000. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf) . Acesso em 11 Jan 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. São Paulo, Cengage Learning, 2011. 168p.

SOSCABOTO. Disponível em: <http://soscaboto.blogspot.com.br/2012/06/blog-post.html>\_ Acesso em: 20 Mar 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Pólis, 1982.